

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: possibilidades inclusivas a partir da Cartografia

Antonio Carlos Freire Sampaio
Prof. Dr. UFTM -GPEEE-
acfsampa@netsite.com.br

Adriany de Ávila Melo Sampaio
Profa. Dra. GPEEE-LEGEO-IG-UFU
profa_adriany@yahoo.com.br

Adriano Pereira dos Santos
Discente curso Geografia UFTM
di1986@hotmail.com

Marina Beatriz Ferreira Vallim
Profa. AEE - Rede Estadual MG
mabeatrizf@hotmail.com

Roberta Afonso Vinhal Wagner
Profa. Doutoranda- GPEEE-LEGEO-IG-UFU
raafonso@yahoo.com.br

Wellington Vinhal Wagner
Prof. Rede Estadual MG - GPEEE
wellwagsou@yahoo.com.br

Fátima de Jesus Ribeiro Martins
Profa. Rede Estadual MG

Resumo

No ano de 2010, em Uberaba-MG, Brasil, teve início o projeto *FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: possibilidades inclusivas a partir da Cartografia*. A proposta inicial começou com o desejo de um estudante de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, em ajudar alunos surdos a entender a Disciplina Geografia. A idéia ampliou-se de tal forma que hoje participam diversas áreas de conhecimento na escola, além de profissionais da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Organizado em Módulos de discussão, o projeto prevê oficinas de Alfabetização Cartográfica para os estudantes do Ensino Fundamental (1º a 9º ano) e também para todos os professores que se interessarem, objetivando, também, a aplicação da Inclusão Escolar. Mini-Cursos sobre Global Positioning System (GPS), Sistemas de Informação Geográfica (SIG), Imagens de Satélite, Escalas Gráficas e Numéricas, Localização, Corrida de Orientação, Geopolítica da Cidade, Valorização da Cultura Negra, Organização Política e Direitos do Trabalhador da Educação, e Metodologia do Trabalho Científico para apoiar os professores da Educação Básica que desejem organizar projetos com o objetivo da pesquisa na Pós Graduação: Especialização, Mestrado ou Doutorado.

Palavras-Chave: Extensão, Geografia, surdez

EJE TEMÁTICO: ENSEÑANZA Y APRENDIZAJES DE LA GEOGRAFÍA.

1. INTRODUÇÃO.

O Ensino regular da Educação Básica é composto por inúmeras disciplinas de grande importância para o desenvolvimento cognitivo do aluno. Dentre essas disciplinas está a Geografia com seus diversos ramos, subdividida entre a Geografia Humana e a Geografia Física.

A Geografia Humana é sempre mais apreciada pelos estudantes, ao contrário da Geografia Física, que, por exigir outros tipos de conhecimentos matemáticos nas diversas frentes, são às vezes desprezadas pelos alunos e até mesmo pelo professor.

Dentre as disciplinas da Geografia podemos destacar a Cartografia, que num modo bem simples de se explicar “*é a ciência e arte de se compor cartas geográficas ou topográficas*” (FERREIRA, 2004). Embora se saiba que a Cartografia (ou o uso de um mapa) está por trás de quase todas as disciplinas ministradas no curso de Geografia, ela é uma das grandes dificuldades da Geografia, que na maioria das vezes é deixada de lado pelo professor da Educação Básica, ou até mesmo é passada de uma forma rápida em que o aluno não consegue entendê-la e cria-se certo receio e desprezo pela mesma.

Sampaio (2006) destaca:

“Lidar com mapas é importante para o geógrafo, seja durante seu aprendizado, no curso de graduação de Licenciatura em Geografia, seja para ensinar os conhecimentos de Cartografia na matéria Geografia, para os alunos do Ensino Fundamental (EF) e do Ensino Médio (EM), pois esta matéria é ministrada em todas as séries destes níveis de ensino, seja, ainda, em contextos de pesquisa geográfica, uma vez que, estudando a maioria dos assuntos da ciência da Geografia, o conhecimento cartográfico e o uso de mapas são, normalmente, usados como base na pesquisa, espacializando os resultados desta. Daí ser evidente a estreita ligação entre as duas ciências, a Geografia e a Cartografia” (SAMPAIO, 2006, pg.1)

Como se vê, este autor ressalta a importância da Cartografia no Ensino Fundamental e Ensino Médio, mas como podemos constatar, na atualidade, a grande dificuldade que se tem de ministrar essa matéria na Educação Básica e até mesmo em cursos de graduação de Geografia, onde esta disciplina é fundamental.

Na sua pesquisa, Sampaio (2006) cita também quais as maiores dificuldades de se ministrar a disciplina de Cartografia na Educação Básica, citando que o Professor tem pouco tempo para ensinar Geografia, em torno de duas ou três de aulas semanais, muitos assuntos a serem ministrados, faltam materiais adequados para se realizarem as aulas. Além disso, é inegável que o professor é mal remunerado e isto pode desmotivá-lo.

Através dessas leituras deixa-se bem claro a importância da Cartografia dentro da Geografia e sua importância para as diversas frentes do ensino tanto da Educação Básica como no Ensino Superior.

Os problemas relacionados ao ensino na Educação Básica podem ser relatados, não só em termos dos temas ministrados na Geografia, como no caso da Cartografia, mas também nos casos de ensino-aprendizagem, onde numa sala de aula podemos encontrar uma diversidade de alunos com características cognitivas de aprendizado diferenciadas uns dos outros. Nesse caso entra a idéia da educação inclusiva, onde alunos com algum tipo de deficiência não possam ser excluídos da educação e sim incluídos, ou seja, que seja feita a eliminação de qualquer barreira que possa impedir a participação que qualquer pessoa com algum tipo de limitação.

Como ensinar alguma disciplina na sala de aula onde tenha alunos que necessitem de uma educação especial?

Seria o correto separá-los em salas diferentes de acordo com a deficiência de cada aluno?

E os professores de Geografia! Estão acompanhando o Estado da Arte do desenvolvimento da disciplina de Geografia, principalmente aqueles temas que se apóiam em meios de informática, para o adequado desempenho de suas atividades docentes?

Pensando nessas dificuldades conjuntas, é que se pretende trabalhar um projeto a ser implantado no sentido de dar melhores condições aos professores e identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos no

entendimento do espaço geográfico, através de oficinas e conseqüentemente de pesquisa, conforme descrito adiante.

O projeto vem sendo desenvolvido desde o mês de junho de 2010 com alunos da Escola Estadual Quintiliano Jardim, Uberaba, MG, envolvendo alunos surdos e ouvintes e os professores de Geografia da Escola, bem como professores de outras escolas, que se interessarem em acompanhar o desenvolvimento da pesquisa, pois será de grande importância para o desenvolvimento, aprendizado e inclusão dos mesmos no contexto escolar.

Várias oficinas foram, estão e estarão sendo oferecidas, em chamados Módulos de Discussão, no sentido de verificar e exercitar a Educação Inclusiva, junto com o crescimento acadêmico do professor, tanto sobre inclusão como sobre Cartografia.

2. DESENVOLVIMENTO DOS TEMAS E OFICINAS

Serão apresentados, a seguir, temas de oficinas e assuntos, ministrados, em execução e a serem ministrados, para professores (basicamente de Geografia, mas abertos às outras formações) da rede Estadual e Municipal, do município de Uberaba, MG, para que possam manter o progresso de sua formação e aprender novas metodologias.

2.1. Cartografia:

Bakker (1965) define a Cartografia como a ciência e a arte de expressar graficamente, por meio de mapas, cartas e plantas, o conhecimento humano da superfície da Terra e seus diversos aspectos.

Ou seja, de uma forma bastante simplista, pode-se entender que:

- Geografia é a ciência que estuda o espaço;
- Cartografia é a ciência que trata, entre outros aspectos, da elaboração de mapas;
- O mapa é a representação do espaço, de pontos do nosso planeta;
- Este espaço é o campo de estudo da Geografia.

Daí, a Cartografia representa o que a Geografia estuda.

E recordar Cartografia é essencial para que o professor de Geografia se sinta em melhores condições para mostrar, em mapas, os diversos temas

estudados pela Geografia, pois, pode-se afirmar que todos ou quase todos os assuntos estudados têm um mapa por trás.

Daí pode-se resumir da importância da Cartografia para a Geografia, com as palavras de um Geógrafo ilustre (Sauer), apresentado a seguir:

“Mostre-me um geógrafo que não necessite deles [mapas] constantemente e os queira ao seu redor e eu terei minhas dúvidas se ele fez a correta escolha em sua vida. O mapa fala através da barreira da linguagem”. SAUER (apud Menezes, 2000, p. vi)

2.2. Educação especial e inclusiva

“Temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”. Autor desconhecido (apud Guimarães, 2002, p. 4).

Ultimamente se tem discutido, no âmbito nacional sobre a Educação Especial de forma a aplicá-la aos diversos ramos da educação desde a fase pré-escolar até o ensino superior.

Educação Especial é aquela destinada a portadores de necessidades especiais, em Escolas Especiais, como portadores de cegueira e baixa visão (exemplo de escola em Uberaba, MG), portadores de surdez (exemplo de escola, também em Uberaba, MG), de excepcionais (como escolas ligadas à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE) e outras.

Sobre Educação Inclusiva, muitas estratégias metodológicas de ensino têm sido desenvolvidas para que esta educação seja implantada nas instituições de educação, para que assim se efetive uma educação de inclusão e uma inserção de todos os estudantes independentemente da faixa etária e das necessidades em que o aluno tiver.

Mas o que pode ser considerado como um bom projeto de escola inclusiva?

A *“Declaração de Salamanca”*(ONU, 2001) cita:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os

estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (ONU, 2001)

Como se percebe na citação, que afirma que de acordo com as necessidades de uma determinada escola deve ser implantada uma educação inclusiva para que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades educacionais de acordo com suas respectivas habilidades e necessidades e os professores tenham oportunidades de desenvolverem e aplicarem novidades, tanto na disciplina de Geografia, como nos entendimentos sobre inclusão.

Em Uberaba, MG, esta Educação Inclusiva é exercitada na Escola Estadual Quintiliano Jardim, onde alunos surdos chegam para a Educação Inicial ou vêm transferidos da escola especial de surdos, quando precisam prosseguir em seu aprendizado.

Nesta Escola existe uma “*Sala Recurso*”, que dá apoio necessário ao aluno surdo, bem como um intérprete, em cada sala onde existe aluno surdo, em qualquer disciplina.

2.3. Metodologia Para se Observar Inclusão

A metodologia para a pesquisa a ser realizada é uma proposta de atividades descritas no livro “O ESPAÇO GEOGRÁFICO: ensino e representação” (Almeida, 2002), onde as autoras deixam claro que estas atividades fazem o aluno agir e refletir sobre o espaço no qual esta inserido. No livro são citadas onze atividades a serem desenvolvidas, que são, de maneira resumida: 1- Mapear o eu; 2- Maquete; 3- Prédio da escola; 4- Espaço físico da escola; 5- Quarteirão da escola; 6- O trajeto percorrido diariamente pelo aluno de sua casa até a escola; 7- O espaço físico da casa do aluno; 8- Características de seu bairro; 9- Curiosidades sobre o município; 10- Descrever os municípios vizinhos; 11- Descrever as características físicas do estado.

As atividades realizadas até o momento foram o “*Mapear o Eu*” (executada completamente) e a “*Maquete e Escola*” (executadas parcialmente,

tendo em vista o término do período letivo – continuando no retorno das aulas). Durante as oficinas, o aluno surdo estava acompanhado de intérpretes, que faziam rodízio para ajudá-lo nas atividades. Mas elas evidenciaram o aprendizado do aluno surdo juntamente com os alunos ouvintes, conforme descrito a seguir.

2.3.1. Mapear o Eu

Os alunos foram orientados a realizarem o desenho de seu corpo. Foram sugeridas formas diferentes de legenda para identificarem as partes do corpo.

Entre os resultados estão:

- o aluno surdo, com uma intérprete com quem tinha mais contato, fez uma legenda identificando, de forma correta, partes de seu corpo;
- um aluno ouvinte fez uma legenda identificando apenas seus membros e de forma equivocada (trocou as referências de esquerdo-direito);

2.3.2. Maquete e Escola

Os alunos foram divididos em dois grupos para realizarem a maquete da Escola ou de Sala(s) de Aula(s).

Sobre esta atividade pode-se fazer as seguintes considerações:

- o aluno surdo participava de forma expressiva, em seu grupo, e sua atenção se tornava uma ferramenta para “driblar” a deficiência auditiva. Mas nessa oficina ele esteve acompanhado de mais de um intérprete, que faziam rodízio na atenção ao aluno. Observou-se que com a intérprete que ele (aluno surdo) desfrutava de mais intimidade e confiança, seu desempenho foi mais destacado do que quando esteve com outra intérprete com quem não estava acostumado a trabalhar. Com esta última, se mostrava, por vezes, envergonhado e sem estímulo para prosseguir. Daí pode-se inferir que um desempenho adequado de um aluno surdo, a se considerar incluído numa sala de alunos ouvintes, tem, também, a influência de quem o ajuda na interpretação do que é transmitido pelo professor, e por este professor, no sentido de estar atento às “necessidades” de inclusão.

Como resultado parcial, o desempenho do aluno surdo vem sendo muito bom, quando se deseja compará-lo aos alunos ouvintes, não podendo se dizer que “ficou para trás”.

Na primeira atividade (Mapear o Eu), por exemplo, foram identificados em vários desenhos (não só nos mostrados neste trabalho): erros de localização de membros (braços, pernas, etc.), erros de localização de órgãos, erros de português, diferentes tamanhos e proporções de partes do corpo e diferentes tipos de legenda nos desenhos que foram feitos.

Daí, a interdisciplinaridade pode atuar nas disciplinas:

- Português: corrigir erros de gramática;
- Matemática: correção na escala, tamanho e proporção dos desenhos;
- Ciências: corrigir a localização de órgãos.

Na segunda atividade (Maquete e Escola - ainda em desenvolvimento), vem sendo observado que o aluno surdo desenvolve sua tarefa com diferença significativa dos alunos ouvintes no que tange a atenção e dedicação na elaboração da mesma onde dificilmente o mesmo se distrai, praticamente dando o seu melhor mesmo com sua deficiência auditiva. Mas também se observou da importância do professor de Geografia e do intérprete na ajuda e no entendimento do que o professor solicitava.

2.4. Informática Aplicada à Cartografia, Para o Professor e Aluno

A era do computador, também chamada da Era da Tecnologia da Informação, trouxe inovações surpreendentes em várias aplicações. No ensino e, em particular, no ensino de Geografia, trouxe benefícios no processo ensino-aprendizagem, tanto para professores como para alunos. E, nas outras ciências, os benefícios são, também, valorosos.

Uma das ferramentas muito aplicada na ciência da Geografia é o *Geoprocessamento* (ou seja, o processamento da Informação Geográfica), que aparece como produto final, na forma de mapa, como visualização da informação que se deseja interpretar e analisar.

Ou seja, ele permite promover a interação de conceitos e temas, ministrados em sala de aula, com a visualização e, logicamente, com um melhor entendimento dos temas de estudo no espaço.

Daí, para que este professor possa saber ensinar de forma adequada, as ferramentas de *Geoprocessamento*, é necessário que este tema seja ministrado nos cursos de Licenciatura em Geografia. E será que isto está ocorrendo?

2.4.1. Sobre Geoprocessamento

O Geoprocessamento é uma ferramenta de grande utilidade que a Geografia coloca em apoio às pesquisas nas outras ciências, embora o que se verifica atualmente é o seu pouco aprendizado, por parte dos geógrafos, e sua pouca utilização em estudos que envolvem uma grande quantidade de dados para serem manuseados, onde a visualização e o tratamento da informação espacial são pouco utilizados pelas ciências, que apresentam as conclusões de pesquisas, em grande parte dos trabalhos, na forma de tabelas e gráficos, sem a complementação da ferramenta de visualização espacial e tratamento da informação.

Como a quantidade de informações cresce muito, é necessário e importante que o acesso às mesmas seja rápido e que seus conteúdos sejam corretos e confiáveis.

Webber (2002) faz uma afirmação sobre esta necessidade de domínio dos conhecimentos tecnológicos, por parte dos professores: “[...] não é mais admissível que os cursos de graduação não contemplem a utilização de recursos tecnológicos no aprimoramento da formação de futuros professores”(pg. 71).

O ensino de *Geoprocessamento* requer tempo dedicado. O assunto é complexo. Depende de entendimento de várias áreas envolvidas no tema.

Como técnicas de Geoprocessamento mais utilizadas, podem ser citadas: Sensoriamento Remoto, Cartografia Automatizada, Estatística Espacial, Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e Global Positioning System (GPS). Destas, o SIG é a mais ampla técnica de Geoprocessamento, pois pode englobar todas as outras (PINA & CARVALHO, 2000 e BARCELLOS et al, 2006).

Mas, todos estes temas têm uma carga de conhecimentos muito ampla.

Cartografia Automatizada são técnicas e sistemas de informação em computador, dedicado para uso cartográfico, como são os exemplos de: aerofotogrametria digital, restituição digital e modelagem digital do terreno.

Sensoriamento Remoto é o conjunto de técnicas de aquisição à distância de dados sobre a superfície da Terra.

SIG é uma tecnologia multidisciplinar de análise espacial que envolve uma complexa combinação de *hardware*, *software*, dados georreferenciados e pessoal capacitado para analisar e interpretar a informação espacial.

GPS é um sistema americano de satélites, que permite navegação e posicionamento. Existem outros sistemas, com estas finalidades, como o russo e o europeu.

Estatística é uma ciência, com base matemática, para cálculos de medidas de posição e dispersão, bem como a apresentação de dados espaciais em tabelas ou gráficos.

Incluir o tema (Geoprocessamento), tanto nos cursos de graduação, como nas Escolas da Educação Básica, é um problema de grandes preocupações, pois além das disciplinas teóricas, exige-se, também, a implantação de uma estrutura física de bom tamanho – laboratórios, computadores e softwares, de custo alto.

Em uma pesquisa realizada entre os anos de 2002 a 2006, SAMPAIO (2006) levantou, em 139 (cento e trinta e nove) Instituições de Ensino Superior (IES), que ministravam o curso de Licenciatura em Geografia, mas que poucas Instituições trabalhavam, para seus alunos, conceitos de: Sensoriamento Remoto, Cartografia Automatizada ou Digital, Geoprocessamento, Sistemas de Informações Geográfica (SIG) e Estatística Aplicada à Geografia,.

E o panorama não parece ter se alterado muito.

E como o professor de Geografia, formado por esta estrutura, pode se adaptar às novas tecnologias?

Mas a utilidade do entendimento e aplicação do *Geoprocessamento*, em apoio à ciência da Geografia, é inegável.

Como exemplo, pode-se analisar a figura 5, que, como outras, pode ser obtida de arquivos ou softwares livres (Internet). A partir deles é possível estudar: bacias hidrográficas, áreas de inundação ou áreas de vereda; áreas de acumulação de lixo, da Geografia Urbana; análise espacial de áreas de

doença, da Geografia da Saúde; Inferências sobre a doença, em função das áreas de água e lixo.

De todo o exposto: é lógico que o aluno da Educação Básica não precisará assimilar todos os conhecimentos das novas áreas (Geoprocessamento, Cartografia Automatizada, SIG, GPS e outros; também, que o aluno assimila melhor os conhecimentos de Geografia usando recursos que, para ele, são familiares, nos dias de hoje – computadores e programas; e fundamentalmente, o professor de Geografia precisa dominar, conceitos básicos desta área (Geoprocessamento).

E o professor de Geografia só aprenderá: se os assuntos citados neste texto forem ministrados nos cursos de graduação, e depois complementados e atualizados ao longo da carreira docente como formação continuada.

Mas o que se observa é que o tema vem sendo oferecido, com grande ênfase, como curso de pós-graduação - a maioria, de Especialização e pago, em valores que não são acessíveis ao professor da educação básica.

2.5. Inclusão Passa, também, Pelos Problemas Raciais

Discriminação racial ainda é uma situação existente, de forma velada, nos dias de hoje, em nosso país. E isso vem do tempo da escravidão.

Uberaba, região do Triângulo Mineiro era passagem obrigatória das bandeiras que seguiam para a Capitania de Goiás, a procura principalmente de ouro e de índios (índios Tamoios que habitavam esta região e eram temidos).

Em 1760 foi criado o Arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque. Seu território compreendia o Sul de Goiás e o Território Mineiro.

No século XIX, o Desemboque pertencia a Província de Goiás e no início do século XIX com a falência econômica (ouro) gerou uma migração para o oeste da área chamada Sertão da Farinha Podre. José Francisco de Azevedo fundou um núcleo conhecido como Arraial da Capelinha, onde edificaram uma capela situada na cabeceira do córrego Lajeado, dedicada a Santo Antônio e São Sebastião.

Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira procurando solos mais férteis nas margens do córrego das Lajes decidiu estabelecer sua casa de morada (SAMPAIO, 1971). O novo Arraial tinha como atividade econômica a pecuária, onde os renomados senhores geralistas se instalaram com seus escravos.

Em Minas Gerais, Estado da República Brasileira, em 1872, aproximadamente 95% da população escrava estava empregada em atividades que não a mineração e a cafeicultura. Minas Gerais foi grande importadora de escravos, considerando que o crescimento vegetativo da população escrava era negativo. Cerca de 30% do total de escravos importados pelo Brasil a ela eram destinados (MARTINS, 1983)

Os escravos considerados “domésticos” naquela época, localizados na área urbana trabalhavam na casa de seus senhores, realizando serviços como costura, ama de leite, cozinha, entre outros. Alguns escravos prestavam serviços remunerados e pagavam uma parcela ao seu proprietário, os chamados escravos de aluguel ou de ganho.

Há obras existentes para análises no Arquivo Público de Uberaba mostram que os laços familiares existiram como no trabalho de Rezende. “um fazendeiro possuía nesse período, entre 10 a 15 escravos, sendo que alguns chegavam a possuir de 20 a 25 escravos”(REZENDE, 1992) dando assim a continuidade da mão de obra escrava e incentivando a constituição desses laços na senzala, os casamentos são consumados com laços de lealdade.

Os escravos alforriados teriam que prestar serviços aos filhos de seus senhores por mais um longo período, para ter a tão sonhada liberdade. Restava a eles a fuga nos quilombos mais próximo como o Tengo Tengo, do Canalho, do Catiguá, do Indalá, do Ambrosio, do Bambuí e do Zundu. A Lei Áurea aqui chegou. O escravo ganhou a sua liberdade, mas não tinha condições de viver como cidadão. Já velhos e doentes e sem uma profissão, muitos ficavam nas fazendas em troca de comidas e uma moradia como no restante do país.

Hoje, tudo aquilo que diz respeito ao passado de escravidão, do negro em Uberaba, parece estar adormecido, no entanto há muito ainda a fazer sobre todas estas informações aqui deixadas por eles, poucas pessoas conhecem esta realidade. O passado pode hoje ser trabalhado e modificado como a cultura de qualquer imigrante que aqui chegou e encontrou seu espaço.

2.6. Metodologia do Trabalho Científico

Este Módulo irá orientar professores, para que os mesmos “relembrem”, de alguma forma, a maneira de escrever um texto científico, tanto para seu

crescimento acadêmico, como saber transmitir, aos seus alunos, como redigir um texto de pesquisa, padronizando-o segundo as normas da ABNT, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento da produção científica

Para isto, será apresentada a estrutura de um trabalho científico, como composta de três partes fundamentais (ABNT, 2000): Pré-textual, Textual e Pós-Textual, com seus desenvolvimentos.

2.7. Direitos e Deveres de Professores e Alunos

Por fim, este Módulo irá esclarecer que todos têm direitos e deveres para com o próximo e a sociedade.

O Módulo irá “percorrer” os caminhos legais que “protegem” todos os envolvidos no processo de aprendizagem (que, além de professores e alunos, abrange pais, diretores, orientadores, monitores e todos que trabalham na administração escolar.

3. CONCLUSÃO

Concluimos nossas observações, até o presente momento, acreditando que, de fato, o trabalho de inclusão de alunos com deficiência auditiva requer uma abordagem que fundamente os processos de aprendizagem no ensino e, também, na utilização da língua de sinais. As práticas aqui relatadas, demonstram que as atividades baseadas no concreto tornam-se uma promissora estratégia para a efetiva educação da criança surda. Mas, para se ter resultados mais adequados, essa prática, como se observou até o momento, requer uma relação de grande proximidade entre o aluno surdo, seu professor e seu intérprete, que na verdade se torna, este último, de alguma forma, seu confidente na execução de suas tarefas. Igualmente, a realização de oficinas pedagógicas e aulas dinâmicas contribuem para a troca de experiência e mútuo aprendizado entre surdos e ouvintes.

Para tentar concluir e ao mesmo tempo começando uma nova discussão, este projeto compreende ainda a necessidade de se ter escolas de Ensino Fundamental e Médio, tanto em área urbana como no meio rural, dotadas de educadores aptos a formar os estudantes de acordo com as suas realidades e necessidades, considerando e valorizando sua cultura. A

universidade, como escola de nível superior, tem um papel importante neste processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Informação e documentação – Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro: 2000. 22 p. (NBR 6023)

ALMEIDA, R; PASSINI, E. **O Espaço Geográfico: ensino e representação**. Ed. Contexto, São Paulo, SP, 2002.

BAKKER, L. **Cartografia – Noções Básicas**. Rio de Janeiro, RJ: Diretoria de Hidrografia e Navegação – DHN, 1965.

BARCELLOS, C. (org.) et al. **Abordagens Espaciais na Saúde Pública**. Vol. 1. Ed. Ministério da Saúde. Brasília, DF. 2006.

FERREIRA, A.B.H, **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, Ed. Positivo, Curitiba, PR, 2004.

MARTINS, R.B. **Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora**. São Paulo, SP. Instituto de Pesquisas Econômicas - USP, v. 13,n.1, 1983.

MENEZES, P. M. L., **Geoprocessamento**, Palestra apresentada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia, 1996.

ONU. **Declaração de Salamanca**, 2001

PINA, M.F., CARVALHO, M.S. **Conceitos Básicos de Sistemas de Informação Geográfica e Cartografia Aplicados à Saúde**. Ed. OPAS. Brasília, DF. 2000.

REZENDE, E.M.M. **De 1811-1910 Uberaba Trajetória Socioeconômica – Arquivo Público de Uberaba**, 1991,p. 125.

ROSA, R., BRITO, J.L.S. **Introdução ao Geoprocessamento: Sistema de Informação Geográfica.** Ed. UFU. Uberlândia, MG. 1996.

SAMPAIO, A.C.F., SAMPAIO, A.A.M., SILVEIRA, R.A.M., APRENDER GEOPROCESSAMENTO NA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA: realidade ou utopia?, In: X Encontro Nacional de Geógrafos, **Anais**, Porto Alegre, RS, UFRGS, 2010

SAMPAIO, A.C.F. **A Cartografia no Ensino de Licenciatura em Geografia: análise da estrutura curricular vigente no país, propostas na formação, perspectivas e desafios para o futuro professor.** Tese de Doutorado. Ed. UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. 2006.

SAMPAIO, B. **Uberaba: história, fatos e homens.** Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Bolsa de publicações do município de Uberaba, 1971.

WEBBER, O.M., Tecnologia Aplicada à Educação nos Cursos de Licenciatura. **Revista Diálogo Educacional.** v3 n6 pg 69-79. Mai-ago 2002.